

Encaminhe-se  
ao Dr. Ricardo

Ramos

DJL  
02 MAY 18

Dyogo Henrique de Oliveira  
Presidente

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2018.

26/04/2018

Aos Conselhos Deliberativo e Fiscal da FAPES

Senhores Conselheiros,

Esta correspondência assinada por participantes assistidos do Plano Básico de Benefícios – PBB, administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, vem solicitar a manifestação formal do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal a respeito dos fatos narrados na matéria veiculada na Edição nº 1289, de 22.03.2018, no jornal Vínculo da AFBNDES, intitulada “O que está acontecendo na FAPES”, tendo em vista serem esses dois Colegiados responsáveis diretamente pelo acompanhamento da gestão dos recursos garantidores do Plano de Benefícios e de outros atos de gestão da Diretoria-Executiva.

Na matéria citada, foram mencionados fatos muito graves que, se confirmada a sua veracidade, podem afetar irremediavelmente a FAPES e inviabilizar o Plano Básico de Benefícios, por exemplo:

1. As diversas denúncias apresentadas ao Ministério do Trabalho.
2. Mudança na política salarial da FAPES, com inclusão de bônus variáveis.
3. A extinção do registro formal de grande parte das contratações e demais atos de gestão, dificultando a rastreabilidade do processo decisório da Diretoria-Executiva e do Conselho Deliberativo.
4. A demissão de empregados a menos de dois anos da aposentadoria que podem gerar indenizações vultosas para a FAPES.
5. Mudança no processo seletivo para admissão e ausência de regras formais para contratação de novos empregados.
6. Falta de informações sobre a reestruturação do Plano Básico de benefícios.
7. A segregação da submassa de participantes ativos e assistidos do patrocinador FAPES e o impacto dessa decisão no Plano Básico de Benefícios.
8. O não fechamento do Acordo Coletivo dos empregados e aposentados da FAPES, decorridos mais de seis meses da data base.
9. Denúncia na PREVIC em função da atualização do saldo devedor dos empréstimos, sem fechamento do reajuste salarial para a FAPES.
10. Esvaziamento do jurídico e utilização de grandes e caros escritórios de advocacia.
11. Esvaziamento da Controladoria.

Sendo assim, os participantes que ora subscrevem esta correspondência, esperam as manifestações dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, certos de que o esclarecimento dessas questões seja de interesse de todos que almejam ver cumpridas as obrigações contratadas quando da adesão à FAPES.

Oportunamente registramos que o inteiro teor desta carta será levado ao conhecimento do Ministério Público Federal e do novo presidente do BNDES.

Atenciosamente,